

Comunicação para a Sustentabilidade: Estratégias de Divulgação do Tribunal de Contas do Estado do Pará para a COP30, em Belém¹

Alcimara Barcellos da Conceição²
Evelyn Cristina Ferreira de Aquino³
Josiele Sousa da Silva⁴

RESUMO

O artigo analisa as estratégias de divulgação adotadas pela equipe de Comunicação do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) para divulgar a COP30. O estudo utiliza revisão bibliográfica e análise documental para examinar as ações de comunicação pública orientadas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A partir da criação de um calendário editorial, identidade visual específica e produção de conteúdos educativos nas redes sociais digitais, a pesquisa demonstra como o TCE-PA tem articulado fiscalização, orientação e engajamento cidadão. Os resultados evidenciam que a comunicação estratégica pode fortalecer a transparência, ampliar o acesso à informação e estimular práticas sustentáveis, posicionando o Tribunal como um ator relevante na agenda climática local e global.

PALAVRAS-CHAVE: COP30; Sustentabilidade; Comunicação Pública; TCE-PA; Amazônia.

1. Introdução

Belém se prepara para receber, entre os dias 10 e 21 de novembro de 2025, a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, mais conhecida como COP30. Esse evento reúne anualmente os países que integram a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), sendo o principal espaço internacional para debater e negociar ações globais de enfrentamento às mudanças climáticas.

Durante a COP30, representantes de governos, organizações internacionais, ONG's e outros grupos se encontram para abordar temas como a redução de emissões de gases de efeito estufa, a adaptação às mudanças climáticas e o financiamento necessário para implementar essas medidas.

¹ Trabalho apresentado no GT 6 – Boas Práticas em Comunicação Pública: Estudos de Caso no III Congresso Brasileiro de Comunicação Pública, realizado de 20 a 22 de outubro de 2025 em São Cristóvão/SE.

² Jornalista, especialista em Comunicação Corporativa e Assessoria de Imprensa e chefe de comunicação do TCE-PA. E-mail: alcimara.barcellos@tcepa.tc.br

³ Publicitária, doutoranda em Comunicação na Universidade do Minho e auditora de controle externo do TCE-PA. E-mail: evelyn.aquino@tcepa.tc.br

⁴ Jornalista, mestre em Comunicação pela UFPA e auditora de controle externo do TCE-PA. E-mail: josiele.silva@tcepa.tc.br

A expectativa é que mais de 190 chefes de Estado participem do evento, o que atrairá muitos visitantes à cidade, um desafio significativo em termos de infraestrutura e logística. No entanto, isso também representa uma oportunidade única para fomentar a participação popular e garantir que a população amazônica tenha voz ativa, permitindo que líderes globais conheçam de perto as dinâmicas e desafios da região o que vem atribuindo popularmente ao evento o nome de “COP das florestas”.

A escolha de Belém como sede é particularmente relevante devido ao papel essencial da Amazônia na regulação do clima global e sua importância nas discussões sobre mitigação e adaptação, financiamento e justiça climática, colocando a região no centro das discussões sustentáveis globais e evidenciando sua importância estratégica para o equilíbrio ambiental do planeta.

Nesse contexto, o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), como órgão de controle externo, indutor de políticas públicas e promotor da transparência, tem a oportunidade de reforçar sua contribuição para o debate sobre governança sustentável. Nesse artigo, será explorado como a Assessoria de Comunicação e Relações Públicas (ACRP) do TCE-PA desenvolveu um plano de divulgação para conectar a COP30 ao trabalho do Tribunal, ampliando o alcance das discussões climáticas e envolvendo diversos públicos.

2. O Papel dos Tribunais de Contas na Sustentabilidade

Os órgãos de controle têm um papel fundamental na promoção e conscientização sobre a sustentabilidade, reforçando o seu papel como atores relevantes na fiscalização e garantia da transparência nas políticas públicas, em especial as ambientais. Essa responsabilidade é ainda mais significativa em uma região estratégica e vital para o equilíbrio climático global, como a Amazônia.

A relevância da Amazônia nesse contexto é destacada pelos pesquisadores Wood e Schmink (2012), que apontam que, desde o final do século XX, a região se tornou um foco de atenção internacional devido à sua vasta extensão territorial, riqueza ambiental e importância global. A partir da década de 1970, o paradigma desenvolvimentista associado ao controle militar começou a dar lugar a novas perspectivas, tanto no Brasil quanto internacionalmente, sobre os impactos da degradação ambiental no clima mundial e na sobrevivência das populações tradicionais. Nesse cenário emergiu um paradigma

ambientalista, conferindo visibilidade às alternativas sustentáveis propostas por grupos locais e reforçando a necessidade de integrar conservação ambiental e desenvolvimento social.

Essa transição foi acompanhada por uma visão de mundo orientada pelo desenvolvimento sustentável, que, segundo Cunha (2010), combina cuidado com o meio ambiente, justiça social e eficiência econômica. Esse modelo promove uma concepção de desenvolvimento voltada para a democracia. Nos anos 1990, o papel da mídia foi determinante para ampliar o debate sobre a Amazônia, destacando as interações entre atividades humanas, impactos ambientais e direitos humanos. Nesse período, atividades extrativistas e a valorização do conhecimento indígena ganharam protagonismo como práticas sustentáveis que abriram novos mercados e promoveram o reconhecimento da diversidade cultural e ambiental da região (WOOD; SCHMINK, 2012).

Magali Bueno (2002) complementa essa visão ao identificar duas representações distintas da Amazônia: uma, predominante na visão governamental e midiática, que a enxerga como um espaço natural e estratégico, e outra, atribuída pelos próprios habitantes, que a vivenciam como um espaço cultural e social. Essa dualidade ressalta a complexidade da região e a necessidade de políticas públicas que equilibrem conservação ambiental e inclusão social, especialmente em um território com tamanha diversidade.

A organização administrativa da Amazônia foi consolidada com a criação da Amazônia Legal em 1966, resultado do processo de divisão regional do Brasil iniciado na década de 1930. Compreendendo estados que representam 60% do território nacional, a Amazônia Legal reflete tanto sua importância estratégica quanto sua vulnerabilidade ambiental (BUENO, 2002). Além disso, a Amazônia Sul-Americana, que abrange nove países, é um dos ecossistemas mais valiosos do planeta, abrigando 1/5 da água doce mundial e 1/3 das florestas latifoliadas globais (BECKER, 1994), reforçando sua relevância para o equilíbrio ambiental global.

Nesse panorama, o TCE-PA desempenha um papel fundamental ao assegurar que os recursos públicos destinados às ações ambientais sejam utilizados de forma eficiente, transparente e alinhada aos compromissos globais, como os discutidos na COP30. Sua atuação vai além da fiscalização, promovendo auditorias ambientais e orientando gestores públicos a implementar políticas que conciliem desenvolvimento econômico, conservação ambiental e justiça social. Dessa forma, o TCE-PA fortalece a

governança pública em uma região de importância estratégica para o planeta, reafirmando a Amazônia como uma prioridade na agenda global.

3. Iniciativas do TCE-PA pela Sustentabilidade e no contexto da COP30

O Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) vem atuando de forma estratégica para fortalecer a governança pública sustentável, com destaque para ações de fiscalização, orientação e promoção do controle social que dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com a realização da Conferência.

Em prol da sustentabilidade o TCE-PA atuou na auditoria operacional realizada, em 2023, para avaliar a execução da *Política Nacional de Segurança de Barragens* quanto ao alcance junto à população atingida, à resposta de acidentes e minimização de danos e perdas de vidas no estado do Pará. Esse trabalho foi realizado pela Secretaria Geral de Controle Externo (Segecex), sob a coordenação do TCU⁵, e fez parte do Plano Anual de Trabalho da Rede Integrar 2023. O Pará é o terceiro estado da federação com o maior número de barragens em decorrência das atividades de mineração e dentre os achados da auditoria, notou-se que a condição estrutural e operacional dos órgãos do Sistema de Defesa Civil não se apresenta minimamente pronta para a resposta adequada em caso de incidentes com barragens de mineração.

Outra importante ação ocorreu em abril de 2023, a *Operação Educação*. Tribunais de Contas de todo país, entre eles o TCE-PA, realizaram visitas nas escolas estaduais para verificar a infraestrutura das unidades de ensino. A ação teve como meta fiscalizar e verificar as condições de 1.088 escolas públicas estaduais e municipais, tendo a participação direta de 785 auditores.

No Pará, 12 auditores do órgão fiscalizador inspecionaram 30 escolas localizadas em 16 municípios pertencentes às seis mesorregiões do estado (Baixo Amazonas, Marajó, Região Metropolitana de Belém, Nordeste, Sudoeste e Sudeste Paraense). Durante as visitas, foram averiguados pelo menos duzentos itens, incluindo a situação de refeitórios, bibliotecas, salas de aula e quadras esportivas. Aspectos relacionados à segurança, higiene

⁵ Podemos observar o papel estratégico do TCU na implementação e controle de políticas públicas ambientais, incluindo o monitoramento de políticas de resíduos sólidos, combate a queimadas e desenvolvimento sustentável. Para mais informações: <https://ambitojuridico.com.br/a-fiscalizacao-de-politicas-publicas-de-meio-ambiente-pelo-tribunal-de-contas-da-uniao/>.

e limpeza e prevenção de incêndios das unidades também fizeram parte dos itens observados nas inspeções.

Em 2024, o TCE-PA assinou em conjunto com a Companhia de Saneamento do Estado do Pará (Cosanpa) - responsável pelo fornecimento de água no Pará - termo de referência de serviço para a realização de auditoria externa no *Projeto de Desenvolvimento do Saneamento do Pará (Prodesan)*. O projeto abrange a execução de obras de abastecimento de água, esgotamento sanitário e tratamento de águas residuais; a melhor eficiência operacional dos sistemas de abastecimento e o fortalecimento institucional da Companhia. O documento prevê que o acompanhamento das etapas de execução do *Prodesan* seja feito conforme as normas internacionais de entidades fiscalizadoras e de auditoria.

Ainda em 2024, o TCE-PA aprovou a adesão do órgão ao acordo de cooperação técnica firmado entre a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Conselho Nacional do Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas que pretende, por meio de estratégias de gestão compartilhada, intervir no ambiente escolar para o desenvolvimento e ampliação das ações do projeto *Sede de Aprender*. O projeto é uma iniciativa que visa garantir água potável aos estudantes da educação básica de todo o país, bem como discutir, propor e ajudar a implantar medidas capazes de solucionar o problema da falta de água de qualidade em escolas das redes pública e privada nas capitais e no interior e fomentar o correto ciclo da água, com atuação também para melhoria do saneamento básico nas escolas.

A iniciativa partiu do Ministério Público de Alagoas (MPAL) após o censo escolar de 2021 indicar que mais de oito mil escolas brasileiras estariam sem acesso à água potável. Em 2022, o projeto assumiu caráter nacional após convênio entre a Atricon, o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, com o apoio do TCE alagoano, permitindo aos estados participantes o compartilhamento de base de dados e informações. O *Sede de Aprender* está alinhado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 6 da ONU.

Outras formas de atuação dos Tribunais de Contas no que concerne à gestão pública responsável, voltada para o uso dos recursos naturais e financeiros de forma eficiente e sustentável pela administração pública no exercício de suas competências já vinham sendo realizadas desde antes da preparação para a Conferência das Partes em

Belém. Neste contexto, em 2022 o TCE-PA assinou termo de cooperação técnica com a Rede Nacional de Sustentabilidade no Legislativo, constituída pelo TCU, Senado Federal, Câmara dos Deputados e por demais órgãos e entidades da sociedade civil, que se destina à discussão e à proposição de questões e projetos relativos à gestão pública sustentável e eficiente.

A partir dessa parceria, o TCE-PA elaborou o *Plano de Logística Sustentável do TCE-PA (PLS 2023-2027)* e desenvolveu o portal *TCE Sustentável*⁶. O PLS é uma ferramenta de gestão vinculada ao planejamento estratégico com objetivos, metas, indicadores e ações organizados em 7 (sete) eixos temáticos, alinhados à governança e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

No ano de 2023, primeiro ano de execução do PLS, o Tribunal reduziu em 26% o consumo de água tratada, realizou eventos de promoção da sustentabilidade institucional, aumentou em 24% a adesão dos servidores nas ações de capacitação e sensibilização sobre a temática, ampliou em 10% a participação de servidores nas ações da Coordenação de Saúde a Qualidade de Vida e em 35% nas ações solidárias, reduziu o consumo de copos descartáveis em 65%, destinou para reciclagem 750kg de papel, reduziu em 40% as despesas com manutenção corretiva, para priorizar a manutenção preventiva e aumentar o ciclo de vida dos bens móveis e imóveis.

O portal *TCE Sustentável* é uma iniciativa do TCE-PA para promoção e divulgação da sua gestão pública sustentável. O portal foi lançado em 2023 com o objetivo de dar publicidade e transparência ao PLS 2023-2027, com a divulgação do plano, suas revisões e avaliações; das boas práticas e eventos realizados pelo Tribunal; das notícias divulgadas pela Corte de Contas voltadas para a temática e dos cursos sobre administração pública sustentável promovidos por outras instituições.

Entre as iniciativas mais recentes está a participação do TCE-PA no *Painel ClimaBrasil*, um levantamento nacional coordenado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e conduzido no Pará pela Segecex. A ação mobiliza os TC's para avaliar como os entes públicos estão atuando no enfrentamento à crise climática, incluindo governança,

⁶ Acesse www.tcepa.tc.br/tcesustentavel/. O TCU também possui um Programa de Logística Sustentável formulado em 2015 e alinhado à governança institucional e ao planejamento estratégico, com o objetivo de promover a sustentabilidade na gestão logística institucional, veja mais em: www.ticontrole.gov.br/sustentabilidade/.

políticas de mitigação e adaptação, gestão de riscos e financiamento climático. O resultado será apresentado durante a COP30, consolidando o papel do TCE-PA como agente fiscalizador da agenda climática.

O TCE-PA também realizou auditoria na cadeia produtiva da carne com o objetivo de identificar falhas relacionadas ao desmatamento ilegal e à ocupação de áreas protegidas. A fiscalização revelou desafios como a baixa validação dos Cadastros Ambientais Rurais (CAR), sobreposição a terras indígenas e práticas irregulares para burlar o controle ambiental, além de atrasos na implementação do Plano Estadual Amazônia Agora. A atuação do TCE-PA demonstrou a urgência de integrar esforços entre órgãos de controle e promover políticas públicas mais eficazes, reforçando a necessidade de rastreabilidade como ferramenta essencial para garantir uma pecuária ambientalmente responsável. Essa iniciativa fortalece o compromisso do Tribunal com os ODS 13 e 15, contribuindo para o enfrentamento da crise climática e a preservação ambiental na Amazônia.

Ainda no contexto da COP30, o Tribunal fiscalizou as obras do *Parque da Cidade*⁷, em Belém, e recomendou medidas de acessibilidade como rampas, corrimãos e cadeiras especiais, além da remoção de obstáculos. Essas ações estão alinhadas à Política de Acessibilidade e Inclusão do TCE-PA, estabelecida pela Resolução nº 19.739/2025, que reforça o compromisso do órgão de fiscalização com o bem-estar e o acesso igualitário à informação, serviços e espaços públicos.

Por fim, o Tribunal emitiu recomendação no Parecer Prévio das Contas de Governo de 2022 incentivando a incorporação dos conceitos de sustentabilidade nas obras e contratações públicas, conforme diretrizes da Semas e do PPA estadual. O impacto dessa iniciativa foi evidenciado em 2024 com a publicação do Decreto Estadual nº 4.193/2024, que estabeleceu novas normas sustentáveis para licitações e contratos, contemplando medidas como o uso de biodigestores, reaproveitamento da água da chuva e critérios ambientais em obras públicas. A atuação do Tribunal se alinha aos Objetivos

⁷ O Parque da Cidade ocupa uma área de 500 mil m² e reúne diversas estruturas de lazer, esporte e convivência, como quadras esportivas, pista de skate, ciclovias, playgrounds, área pet, parque aquático infantil e quiosques, sendo considerado um dos maiores legados da COP30 pois seu espaço será ocupado temporariamente pelo Governo Federal e pela ONU a fim de sediar os pavilhões da Blue Zone (voltada às delegações oficiais) e da Green Zone (aberta ao público), onde ocorrerão as plenárias e as negociações climáticas durante a conferência.

de Desenvolvimento Sustentável 12 (consumo e produção responsáveis), 13 (ação climática) e 16 (instituições eficazes).

A ACRP é responsável pela produção de matérias jornalísticas via portal e intranet para estimular o debate público, garantir visibilidade e transparência pública ao trabalho do TCE-PA no exercício do controle externo, bem como pela disseminação de notícias em forma de releases, sugestão de pauta de interesse social para a imprensa local, nacional e mundial. Deste modo, a atuação do Tribunal direcionada às políticas públicas ambientais e temas correlatos à COP30 foi destaque em vários veículos de comunicação.

4. **Estratégia de Comunicação do TCE-PA para a COP30**

A ACRP do TCE-PA é responsável, desde 2014, pela gestão das atividades de comunicação institucional do órgão. Subordinada ao Gabinete da Presidência, a assessoria desempenha um papel central na produção de conteúdo, na interação e diálogo com os seus públicos e na divulgação das ações do Tribunal.

Entre as atribuições da ACRP, destacam-se:

- Produção de notícias e conteúdos jornalísticos sobre o TCE-PA para a intranet e portal www.tcepa.tc.br;
- Produção de conteúdos e gestão de mídias sociais digitais em perfis no Facebook, Instagram, X (antigo Twitter) e YouTube;
- Desenvolvimento de programas de notícias, entrevistas, podcasts, avisos internos e transmissões de sessões plenárias na Rádio TCE;
- Planejamento, criação e execução de campanhas institucionais internas e externas, além de peças publicitárias de diversas propagandas no âmbito do órgão de controle;
- Monitoramento e sistematização de informações da mídia para o clipping de notícias;
- Atendimento à imprensa, facilitando o contato e acesso às informações para veículos de comunicação diversos.

A unidade é composta por profissionais das áreas de jornalismo, publicidade e propaganda, designers, radialistas e outras que contribuem para a disseminação de informações importantes e para o fortalecimento do vínculo entre a Corte de Contas e

servidores e/ou sociedade, reforçando a comunicação pública, a imagem institucional e promovendo maior transparência e acessibilidade.

De acordo com o texto “Comunicação Pública, Cidadania e Informação”, da ABC Pública, a comunicação pública é essencial para promover a cidadania, transparência e diálogo com a sociedade, especialmente em propostas que envolvem temas globais, como sustentabilidade e mudanças climáticas. Elementos que são cruciais para a divulgação de iniciativas como as ações do TCE-PA relacionadas à COP30, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e promovendo transparência em relação ao uso de recursos destinados a projetos ambientais.

Por meio de estratégias claras e acessíveis, a comunicação pública ajuda a informar diferentes públicos sobre a importância da sustentabilidade e do controle social, engajando cidadãos, gestores e comunidades locais. A aplicação de uma abordagem participativa e educativa também contribui para que a sociedade compreenda melhor os impactos das políticas públicas e como elas se relacionam com temas globais, como as mudanças climáticas.

A elaboração de um planejamento de comunicação para a divulgação da COP30 pelo TCE-PA é uma proposição de importância estratégica, que buscou promover debates e estabelecer um diálogo mais próximo com a sociedade, especialmente considerando que Belém será o centro das atenções globais em discussões sobre mudanças climáticas e sustentabilidade. Esses temas estão intrinsecamente ligados à governança pública e à gestão eficiente dos recursos públicos, tornando essencial a participação ativa do Tribunal no direcionamento dessas discussões.

Os principais objetivos do TCE-PA com as ações de promoção da COP30 são:

- Alinhar a missão de fiscalização e promoção da transparência do TCE-PA aos debates globais na COP30;
- Sensibilizar o público sobre o papel crucial da governança pública no enfrentamento das mudanças climáticas;
- Fortalecer a conexão entre o Tribunal e a sociedade ao abordar temas relevantes e de grande interesse público previstos para 2025.

Além disso, ao engajar-se ativamente na divulgação e nas discussões relacionadas à COP30, o Tribunal pode orientar a implementação de políticas públicas eficazes, alinhadas aos objetivos globais de enfrentamento às mudanças climáticas. Isso

fortalece a governança, reforça o compromisso do TCE com a fiscalização e promove boas práticas, consolidando o seu papel como agente fundamental na promoção da justiça ambiental e social no Pará.

4.1 *Principais Ações de Divulgação*

4.1.1 Manual de Identidade Visual

O primeiro passo no planejamento de divulgação das ações do Tribunal relacionadas à COP30 foi a produção de um manual de identidade visual para definir a aplicação dos elementos técnicos visuais em diferentes suportes midiáticos, com a criação de logotipo, modelos de aplicação nas mídias sociais digitais e campanhas de publicidade interna. Essa preocupação em manter a unidade visual, buscou o reconhecimento e credibilidade na percepção do público em relação à seriedade e planejamento nas ações.

O manual de identidade visual garantiu que essa comunicação fosse reconhecível e coerente em sua aparência, fortalecendo o vínculo entre mensagem e percepção e se conectando ao tema através de suas atribuições de controle externo, transparência e fiscalização. Os posts vistos se alinharam à proposta de explicar o que é a COP30 e sua importância para a Amazônia, ao dar visibilidade à fiscalização e às práticas sustentáveis na região.

4.1.2 Campanhas Educativas nas Mídias Digitais

As mídias digitais são canais essenciais para a promoção de conteúdos educativos e informativos que buscam o engajamento e o relacionamento com o público. Nesse sentido, a proposta foi criar um calendário anual de conteúdo para as mídias sociais digitais do TCE-PA, destacando a importância da COP30 para a Amazônia e como a instituição contribui para a agenda climática.

Por meio de vídeos curtos e dinâmicos e postagens em formato carrossel, o objetivo foi explicar como o TCE-PA se conecta ao tema, incentivar boas práticas voltadas para a sustentabilidade em suas diferentes esferas, interligando esses esforços às metas discutidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis e engajando públicos diversos, favorecendo compartilhamentos e facilitando o aprendizado visual.

Alguns temas abordados foram: consumo consciente de energia, água e papel; hábitos sustentáveis; coleta seletiva; orientações a gestores públicos de como realizar licitações com foco na sustentabilidade; orientações para uma gestão pública sustentável; descarte de resíduos correta; fiscalizações de políticas públicas voltadas para o meio ambiente, entre outros temas, como veremos a seguir (FIGURAS 1, 2, 3 e 4):

FIGURAS 1, 2, 3 e 4 – Posts explicativos sobre a COP30 e com datas alusivas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Redes Sociais Digitais do TCE-PA (2025).⁸

Os posts exploraram temas educativos como consumo consciente, uso racional de recursos (energia, água, papel), descarte correto de resíduos etc. Esses conteúdos contribuem para explicar o que é a COP30, para que serve e como cada cidadão pode participar de forma mais sustentável (FIGURAS 5 e 6).

FIGURAS 5 e 6 – Posts com ações do TCE-PA relacionadas à COP30



Fonte: Redes Sociais Digitais do TCE-PA (2025).

Alguns posts destacaram ações de fiscalização de políticas públicas e boas práticas do TCE-PA, mostrando não só o que deve ser feito, mas o que já está sendo feito de forma concreta, no intuito de consolidar a imagem e reforçar o papel institucional do Tribunal como ator relevante na agenda climática (FIGURAS 7 e 8).

FIGURAS 7 e 8 – Posts sobre o dia da água e da reciclagem

⁸ Todos os exemplos incluídos neste trabalho são da rede social digital Instagram, pois as redes Facebook e X tiveram apenas os mesmos conteúdos replicados. O TCE-PA ainda não possui estratégia e planejamento de conteúdo específicos para cada rede.



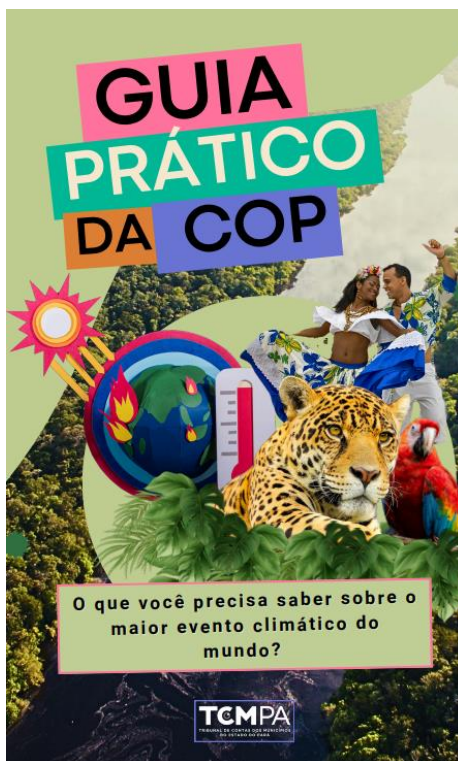
Fonte: Redes Sociais Digitais do TCE-PA (2025).

Os temas apresentados de maneira diversa e compreensível a todos os públicos, indicam conexão entre comunicação institucional e as metas globais presentes nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: educação de qualidade, água potável, vida saudável, responsabilidade de consumo, redução de desigualdades, entre outros.

4.1.3 Lançamento do Guia Prático da COP30 com o TCMPA

O Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA) lançou a publicação virtual: Guia Prático da COP30, com o apoio do TCE, publicação destinada, especialmente, para as pessoas que serão impactadas direta ou indiretamente pelas atividades da Conferência (FIGURA 9).

FIGURA 9 – Guia Prático da COP30



Fonte: Portal do TCE-PA (2025).

O Guia está sendo disponibilizado em português, inglês, espanhol, francês e na língua indígena (kaiapó), além de conter informações sobre as mudanças climáticas e os seus impactos na sociedade e ao meio ambiente, a publicação também aborda diversos tópicos, como: os objetivos e o papel da COP30, as principais discussões da agenda, entre outros.

4.1.4 Ações Educacionais e Parcerias Estratégicas

Por meio da Escola de Contas Alberto Veloso (Ecav), o TCE-PA realiza uma série de eventos técnicos como capacitações, cursos, palestras e outras ações educativas relacionadas às temáticas de sustentabilidade e meio ambiente. Além disso, a Ecav desempenha um papel essencial na difusão de conhecimentos e boas práticas para gestores públicos, contribuindo para o fortalecimento da governança e para a eficácia no exercício do controle externo.

Para a calendarização da COP30, propomos a realização de eventos como palestras para debater a governança ambiental, o papel do controle externo e as

oportunidades da COP30 para o Pará. A realização foi feita em articulação com outras instituições para fortalecer a comunicação e ampliar o alcance das ações.

Alguns temas destacados: regularidade ambiental em obras públicas; metodologias de implementação prática da gestão de riscos; sustentabilidade na administração pública; contratações públicas sustentáveis; compras sustentáveis e a Nova Lei de Licitações, além de outros temas (FIGURAS 10 e 11).

FIGURAS 10 e 11 – Ações educacionais realizadas no TCE-PA alusivas ao TCE Sustentável em Ação e ao Dia da Mulher



Fonte: Redes Sociais Digitais do TCE-PA (2025).

As palestras e capacitações foram ministradas com conselheiros, especialistas e servidores convidados pelo TCE-PA para discutir o papel da governança pública na preservação ambiental, destacando a importância da Amazônia e do desenvolvimento de políticas públicas necessárias para mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

4.1.5 Boletim Informativo *Controle Público*

A ACRP produz desde 2023, bimestralmente e em formato digital, o Boletim Informativo *Controle Público*. Esse produto de comunicação destaca as principais ações da instituição na área de controle externo, sendo direcionada a membros e servidores do



Tribunal, órgãos jurisdicionados, profissionais da imprensa, instituições do Sistema Tribunais de Contas e demais organizações parceiras do TCE-PA.

O boletim tem como objetivo divulgar os projetos desenvolvidos pelo órgão para aprimorar a fiscalização do uso dos recursos públicos estaduais e orientar gestores na implementação eficaz de políticas públicas que beneficiem a população paraense. A publicação reforça os critérios de transparência na administração pública, ampliando o acesso da sociedade às atividades do TCE-PA de maneira clara e acessível (FIGURA 12).

FIGURA 12 – Boletim Informativo *Controle Público* do TCE-PA



Fonte: Portal do TCE-PA

As edições de 2024 destacam como o TCE-PA vem atuando em projetos alinhados aos objetivos da COP30, seja por meio da fiscalização do uso de recursos públicos, da capacitação de servidores, do fomento ao controle social, da transparência e responsabilidade na aplicação de verbas públicas etc. O boletim é destinado aos públicos internos e externos, à imprensa e aos jurisdicionados.

4.1.6 Estande Sistema Tribunais de Contas na COP30

Durante a COP30, o TCE-PA participou da *Green Zone* – espaço público aberto na Conferência –, por meio do estande *Sistema Tribunais de Contas*, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCM-PA), Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC-PA) e Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará (MPCM-PA), apresentando ações de controle e fiscalização voltadas ao desenvolvimento sustentável.

O espaço registrou intensa circulação — com mais de 35 mil visitantes por dia, dentro de um evento histórico que reuniu mais de 500 mil pessoas em Belém. Ao longo da conferência, foram promovidas 19 palestras com temas alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como logística sustentável, tributação verde, governança climática, políticas para a Primeira Infância, combate à discriminação racial e proteção da biodiversidade. Também foram apresentados resultados das fiscalizações do Painel ClimaBrasil e do Raio-X dos Municípios paraenses, com foco nos royalties da mineração e no saneamento básico. Representantes dos Tribunais de Contas do Amapá, Paraná e Acre também integraram a programação.

Considerações Finais

O planejamento de comunicação do Tribunal de Contas do Estado do Pará, desenvolvido e executado pela Assessoria de Comunicação e Relações Públicas (ACRP) para a COP30 é uma proposta que evidencia a importância de órgãos de controle público adotarem uma comunicação estratégica com postura proativa na promoção da sustentabilidade. Essa iniciativa não apenas reforça a conscientização sobre o papel crucial da governança pública no enfrentamento das mudanças climáticas, mas também incentiva a sociedade a se engajar nos debates sobre desenvolvimento sustentável, ampliando a conexão entre a gestão pública e as demandas globais por um futuro mais responsável.

Ao posicionar-se como uma instituição comprometida com a proteção da Amazônia e gestão responsável dos recursos públicos, o TCE-PA fortalece sua relevância institucional e amplia o seu impacto na sociedade. Sua participação ativa no contexto da COP30 destaca o seu compromisso com práticas sustentáveis e abre espaço para a promoção de atividades inovadoras e replicáveis. Essas práticas estão alinhadas aos

princípios de governança responsável e ao objetivo maior de construir um futuro mais justo e sustentável tanto para a região amazônica quanto para o planeta.

Essa abordagem estratégica demonstra o potencial transformador dos Tribunais de Contas no estímulo a políticas públicas eficazes e na promoção da conscientização social, reforçando sua posição como atores essenciais no enfrentamento dos desafios climáticos globais. Por meio de sua atuação, o TCE-PA não apenas evidencia a importância da transparência e eficiência na gestão pública, mas também inspira outras instituições a adotar ações concretas em prol da sustentabilidade.

Nesse contexto, o TCE-PA desempenha um papel central ao fortalecer a governança pública em uma região que é simultaneamente patrimônio natural global e um espaço habitado por comunidades diversas. Essa dualidade impõe desafios únicos, mas também oferece oportunidades para práticas que conciliem desenvolvimento social e conservação ambiental. A atuação do Tribunal representa um passo essencial para garantir que a Amazônia continue sendo um símbolo de biodiversidade e um pilar na luta contra as mudanças climáticas, assegurando um futuro sustentável para as populações locais e para o mundo.

Portanto, por meio dessas estratégias, a Assessoria de Comunicação e Relações Públicas buscou promover uma comunicação pública para a promoção e conscientização da sustentabilidade em que um conjunto de ações seja desenvolvido e aplicado por diversas unidades da Corte de Contas paraense. A comunicação precisa ser estratégica no processo de divulgação das atividades do TCE-PA para o fortalecimento da transparência pública.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA (ABC Pública). **Comunicação Pública: Cidadania e Informação**. [s.l.]: ABC Pública, [s.d.]. Disponível em: www.abcpublica.org.br/biblioteca/. Acesso em: 28 jan. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA (ABC Pública). **Guia de Comunicação Pública**. Organização de Armando Medeiros; Lilian Chirnev. Brasília: ABC Pública, 2021. 53 p. Disponível em: www.abcpublica.org.br. Acesso em: 28 jan. 2025.

BECKER, Bertha. **Amazônia**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.

BUENO, Magali. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa**. 2002. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

COSTA, Vânia. **“À sombra da floresta”: os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade e colonialidade no telejornalismo da Rede Globo**. 2011. 295 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

CUNHA, Elaide. **Discurso político, mídia e ação parlamentar: a Amazônia no Congresso Nacional**. 2010. 307 f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

LIMA, Joelma. **A fiscalização de políticas públicas de meio ambiente pelo Tribunal de Contas da União**. Âmbito Jurídico, 1º abr. 2013. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/a-fiscalizacao-de-politicas-publicas-de-meio-ambiente-pelo-tribunal-de-contas-da-uniao/>. Acesso em: 28 jan. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 16 jan. 2025.

PORTAL CULTURA. **Rádio Cultura do Pará**. Portal Cultura Rede de Comunicação, [s.d.]. Disponível em: <http://www.portalcultura.com.br>. Acesso em: 13 jan. 2025.

PORTAL ECAV. **Escola de Contas Alberto Veloso**. [s.l.]: Tribunal de Contas do Estado do Pará, [s.d.]. Disponível em: <https://www.tcepa.tc.br/escoladecontas/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

PORTAL TCE-PA. **Tribunal de Contas do Estado do Pará**. [s.l.]: TCE-PA, [s.d.]. Disponível em: <https://www.tcepa.tc.br/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

PORTAL TCU. **Política de Sustentabilidade do TCU (PSUS-TCU)**. [s.l.]: Tribunal de Contas da União, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ticontrôle.gov.br/sustentabilidade/#:~:text=A%20Pol%C3%ADtica%20de>

[%20Sustentabilidade%20do,%20TCU%20n%C2%BA%20347%2F2022](#). Acesso em: 28 jan. 2025.

PORTAL TCU. **Sustentabilidade na Administração Pública Federal**. Brasília: Tribunal de Contas da União, [s.d.]. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/C1/30/A5/92/299057100EE63057E18818A8/Sustentabilidade_administracao_publica_federal_portugues.pdf. Acesso em: 26 jan. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ (TCE-PA). **Instagram institucional**. Disponível em: <https://www.instagram.com/tcepa/>. Acesso em: 11 out. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ (TCE-PA). **Facebook institucional**. Disponível em: <https://www.facebook.com/tcepadigital/>. Acesso em: 11 out. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ (TCE-PA). **Perfil oficial no X (antigo Twitter)**. Disponível em: <https://x.com/tcepadigital>. Acesso em: 11 out. 2025.

WOOD, Charles H.; SCHMINK, Marianne. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2012.